

Candidatura de José Eliton pelo PT é conversa de cúpula



Deputado petista revela que base discute construção de Frente Progressista e não acredita na escolha do ex-governador. **Página 7**



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.815 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 19 A 25 DE OUTUBRO DE 2025  
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ENTREVISTA

LISSAUER VIEIRA

Pré-candidato a deputado estadual (PL)

# O PL terá candidato a governador

O partido também terá candidato próprio à Presidência da República, afirma o deputado, escolhido pelo ex-presidente Bolsonaro. "Tarcísio de Freitas pode vir para o PL ou outro nome, como Ratinho Jr. ou o próprio governador Ronaldo Caiado", diz. **Páginas 4, 5 e 6**



SOBRAS

# Câmara triplica valor devolvido à Prefeitura

Sérgio Rocha

Entre janeiro e agosto, o Legislativo repassou R\$ 11,19 milhões, contra cerca de R\$ 4 milhões em todo o ano passado. **Página 12**



ESCOLA

## UEG tenta provar que ainda é necessária



Orçamento dobrou nos últimos quatro anos, e o número de alunos subiu de 9 mil para 15 mil. **Página 15**

ALEGO

## Em 23 edições, Deputados Aqui gastou mais de R\$ 1 milhão



Relançado em 2025, programa tem custo médio de R\$ 40 mil com estrutura e logística e serve de palco para os parlamentares. **Página 11**

TRIBUNA POLÍTICA

## Sem surpresa

Votos de Ismael Alexandrino e Silve Alves a favor de Gustavo Gayer apontam para filiação de deputados ao PL. **Página 3**

FUNDEINFRA

## Cautelar será submetida ao Plenário do STF

Advogado constitucionalista aponta os próximos passos da ação que questiona leis do Estado de Goiás. **Página 10**

LUCIANO CARDOSO

## Fome vencida, pobreza em disputa

Divulgação



Erradicar a pobreza requer mais que renda, exige Estado eficiente, instituições sólidas e ambiente de paz. **Página 12**

## EDITORIAL

O preço da **desigualdade**

Os resultados do módulo Trabalho e Rendimento do Censo 2022, divulgados pelo IBGE, reafirmam uma verdade incômoda: no Brasil, gênero e cor ainda definem quem tem acesso à renda e à dignidade. Mesmo sendo mais escolarizadas, as mulheres continuam ganhando menos que os homens. E quando a cor da pele entra na equação, o abismo se torna ainda mais profundo.

As mulheres representam 52% da população, mas apenas 43,6% da força de trabalho. A presença feminina é majoritária apenas em setores historicamente desvalorizados, como os serviços domésticos, a educação e a saúde, áreas marcadas por salários baixos e pouca proteção social. Já nos espaços de maior prestígio e remuneração, elas seguem sendo minoria. A média de rendimento das mulheres em 2022 foi de R\$ 2.506, contra R\$ 3.115 dos homens. Mesmo entre quem concluiu o ensino superior, a diferença é gritante: os homens ganham em média 60% a mais.

O retrato se agrava quando o olhar se volta às mulheres negras. A sobreposição de discriminações — de gênero e raça — mantém essa parcela da população nas posições mais vulneráveis, com rendas que mal alcançam a metade da média dos trabalhadores brancos. Trata-se de uma desigualdade que se perpetua mesmo entre pessoas com igual escolaridade, revelando que o problema não está na qualificação, mas nas estruturas que organizam o mercado de trabalho brasileiro.

Esses números não são apenas estatísticas. São sintomas de um país que naturalizou a desigualdade. Não há crescimento sustentável sem equidade, nem desenvolvimento verdadeiro enquanto a cor da pele e o gênero seguem determinando o valor do trabalho.

Valorizar o conhecimento das mulheres e corrigir a defasagem salarial entre gêneros e raças não é concessão, mas requisito de justiça e de democracia. O Brasil só será plenamente desenvolvido quando a igualdade sair dos relatórios e entrar nas folhas de pagamento.

## ARTIGO

## Nossa língua é “coisa de índio”!

A palavra, como se sabe, é um ser vivo.

Temos que ter respeito por ela, porque a diferença entre a palavra certa e a palavra quase certa é a mesma diferença que existe entre um relâmpago e um vagalume, como nos diria Mark Twain.

Alguém pode negar que é através da palavra que nós, humanos, alcançamos a compreensão mútua, mesmo depois de muito perrengue? Perrengue é gíria, e a gíria faz parte da vivacidade de uma língua.

As palavras são códigos, e a quebra dos códigos é traição a toda uma sociedade.

No presente momento, estamos usando demasiadamente a palavra grega Democracia — governo do povo, pelo povo, para o povo. Um vagalume.

Também utilizamos a palavra italiana Fascismo, que é derivada do latim, fasces, um feixe de varas amarrada em volta de um machado, símbolo do poder conferido aos magistrados na República Romana, para flagelar e decapitar cidadãos desobedientes. Outro vagalume.

E tudo isso através da Política, palavra grega - Pólis, administração das Cidades-Estados.

E, com certa tristeza, acrescentamos a estas a palavra alemã Schadenfreude que significa “a sensação de felicidade pela tristeza alheia”.

Na presente Babel — palavra hebraica que significa confusão de línguas ou grandes algarazaras, podemos descrever o nosso mundo polarizado.

As palavras e seus significados formam nosso univer-

## ARTIGO

A indisciplina que **adoece a educação**

A educação brasileira vive inúmeros problemas, não gratuitamente. Aparece nos últimos lugares em todos os rankings internacionais, mas esses dados estão ainda mais aquém do que a realidade das salas de aula.

Nos últimos anos, os professores têm enfrentado desafios enormes. Segundo as pesquisas mais robustas sobre a visão dos professores sobre a educação atual, a indisciplina é o maior problema enfrentado pelos professores na atualidade. Uma pesquisa recente da OCDE, que mensurou as relações de sala de aula, verificou que o Brasil é o país em que há menos aula, entre os 73 países avaliados.

Segundo o levantamento, os professores gastam cada vez mais tempo administrando problemas de comportamento em sala de aula. A percepção de que a indisciplina é o maior desafio coincide com estudos internacionais, como os da OCDE.

Ao mesmo tempo, não há nenhuma iniciativa pública voltada para a indisciplina escolar. As escolas recebem

projetos de todos os tipos — sobre meio ambiente, tecnologia, alimentação, inclusão digital —, mas nenhum que trate diretamente da questão da disciplina. É como se o problema simplesmente não existisse.

E mais do que isso: nós, professores, não tivemos essa formação na universidade. Talvez alguém tenha assistido a uma aula sobre o tema — eu, pessoalmente, nunca conheci quem tivesse. Mas o fato é que não existe nenhuma disciplina específica sobre indisciplina escolar em nenhuma universidade do Brasil. Também não há linha de pesquisa, nem pós-graduação voltada ao assunto. Nada.

É como se a opinião e a experiência dos professores fossem irrelevantes. Como se os dados também não importassem. A solução do poder público para os graves problemas decorrentes da indisciplina — que incluem questões sérias de saúde mental entre docentes — tem sido a precarização do trabalho.

Em vez de criar políticas efetivas baseadas em evidên-

cias científicas para reduzir quadros de depressão, ansiedade e outros transtornos relacionados às condições de trabalho, os governos têm recorrido a contratações temporárias e mal remuneradas. Nesses vínculos, o controle sobre afastamentos por motivos psiquiátricos é maior, enquanto as oportunidades de estabilidade e apoio diminuem.

Não é uma solução justa. E, infelizmente, não será no Dia dos Professores que virá a nova fase em que os docentes serão ouvidos, suas condições valorizadas e seu trabalho, finalmente, respeitado.



Lucelmo Lacerda é doutor em educação, pesquisador na Universidade da Carolina do Norte (EUA) e autor de “Crítica à pseudociência em educação especial”



Rosário Maiettini é jornalista e autora do livro “Volta ao mundo em 280 páginas – Do crepúsculo ao alvorecer”



Fundado em 7 de julho de 1986  
Estado e impresso por Sistema Planalto  
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente  
Sebastião Barbosa da Silva  
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção  
Cleyton Ataídes Barbosa  
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores  
Andréia Bahia  
abahiagyn@gmail.com

Dhayane Marques  
dhayanemarquess@gmail.com

Carla Borges  
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br  
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e  
textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial  
comercial@tribunadoplanalto.com.br  
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO  
em sintonia com você. Escreva para:  
redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe  
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto



Andreia Bahia  
abahiagn@gmail.com



# Voto de Alexandrino surpreende

## “Lição de respeito” a Gayer

Ao justificar seu voto favorável à suspensão da ação penal contra o deputado Gustavo Gayer (PL), a deputada Silvyne Alves (UB) afirmou que a decisão teve um caráter pessoal. Segundo ela, o gesto foi uma forma de demonstrar maturidade e “dar uma lição” ao colega de plenário, com quem mantém histórico de desavenças. “Mesmo diante de tantos ataques que já sofri, já chorei muito por isso, fui ameaçada de morte, eu e meu filho, e tive que vender meu apartamento no início do mandato, ainda assim tenho a nobreza de mostrar que a gente pode ser o contrário. Foi uma questão pessoal minha com Gayer — pra mostrar pra ele como se deve tratar uma pessoa com respeito e dignidade”, afirmou.

Silvyne concluiu dizendo esperar que o deputado “aprenda a usar o mandato e as palavras para boas causas, o que ele não fez até hoje”.

## Deputados do MDB divergem

Na votação do projeto que suspendeu a ação penal contra o deputado Gustavo Gayer (PL), os dois deputados goianos do MDB divergiram. Célio Silveira votou contra a suspensão, enquanto Marussa Boldrin foi favorável. Marussa tem sido cortejada pelo PL, o que ajuda a explicar seu posicionamento. Já o voto de Célio reforça a percepção de que PL e União Brasil/MDB não devem caminhar juntos nas eleições de 2026.

## Senado pode acelerar PEC do fim da reeleição

A PEC que extingue a reeleição para presidente, governadores e prefeitos e estabelece mandato único de cinco anos para cargos do Executivo e do Legislativo deve ser levada ao Plenário do Senado em breve. O presidente da Casa, Davi Alcolumbre, se comprometeu a colocar a proposta em votação o mais rápido possível. De autoria do senador Jorge Kajuru (PSB-GO), a PEC foi aprovada há cerca de dois meses na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A proposta também prevê a unificação das eleições a partir de 2034, reunindo em um único pleito todos os cargos — presidente, governadores, prefeitos, senadores, deputados e vereadores.

O voto do deputado Ismael Alexandrino (PSD) a favor da suspensão da ação penal movida contra o deputado Gustavo Gayer (PL), investigado pelos crimes de calúnia, injúria e difamação, causou estranheza. O parlamentar é do mesmo partido do senador Vanderlan Cardoso, autor da queixa-crime que deu origem ao processo contra Gustavo Gayer, acusado de afirmar que Vanderlan teria vendido o voto na eleição da Mesa Diretora do Senado, em 2023, em troca da presidência de uma comissão.

O senador preferiu não comentar o voto de Alexandrino, mas pessoas próximas afirmam que ele já esperava o posicionamento, considerando o apoio do deputado à PEC da Blindagem e sua proximidade com Gayer. “Ele mesmo já admitiu que o PL está trabalhando para que ele se filie ao partido”, comentou uma fonte ligada ao senador.



## Voto de Silvyne indica aproximação com o PL

Ainda sobre a votação do projeto que suspende a ação penal contra o deputado Gustavo Gayer (PL), o surpreendente voto a favor da deputada Silvyne Alves (UB) traz informações subliminares. Ela e Gayer têm um histórico de ataques mútuos e, recentemente, ao se desculpar por votar a favor da PEC da Blindagem e anunciar a saída do UB, uma vez que teria sido coagida em seu voto, Silvyne teria sido mais uma vez alvo de críticas e ironias de Gayer. Mas como Silvyne está em busca de uma legenda, seu voto aponta que o PL pode vir a ser uma opção.

## Agir pode assumir dois PAs em Vitória

A Organização Social goiana Agir (Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde), que administra o Crer e o Hugol em Goiás, pode assumir a gestão de dois Pronto-Atendimentos (PAs) em Vitória (ES): Praia do Suá e São Pedro. A entidade ficou em segundo lugar na licitação, mas a primeira colocada deve desistir ou pode ser desclassificada por não ter capacidade para administrar unidades do porte de um PA. O contrato é estimado em cerca de R\$ 6 milhões por mês.

### 1 Crise

O prefeito de Aparecida, Leandro Vilela (MDB), disse que alguns vereadores “fazem macaquice nas redes sociais” em entrevista a veículos de imprensa.

### 2 Inapropriada

A Folha Z apurou que o vereador Lipe Gomes (PSDB) classificou a fala do prefeito como “inapropriada” e que o prefeito “agiu no calor da emoção”, minimizando a crítica.

### 3 Infeliz

O vereador André Fortaleza (PL) considerou a fala de Leandro “infeliz” e propôs uma reunião “para aparar as arestas”. Arestas que vêm desde o início do ano.

## Caiado põe em dúvida federação entre União Brasil e PP

O governador Ronaldo Caiado (UB), em entrevista à Veja, afirmou que a federação entre o União Brasil e o PP pode não sair do papel, citando divergências regionais e falta de unidade interna. “Ela ainda não existe, não está aprovada no Tribunal Superior Eleitoral. Por enquanto, tanto o Progressistas quanto o União Brasil podem lançar seus candidatos.” A declaração é um recado ao presidente do PP, Ciro Nogueira, que tem minado a intenção de Caiado de ser o candidato da federação. Caiado reafirmou ainda que será candidato a presidente pelo União Brasil.

## Direita fragmentada nas redes

Levantamento da agência de inteligência digital Ativaweb, com base na análise dos perfis de presidenciáveis de direita, aponta fragmentação do campo conservador, perda de coerência narrativa para as eleições de 2026 e influência restrita às próprias “bolhas ideológicas”. A maioria das interações têm baixo alcance fora do público cativo.

## Caiado é o que mais cresce

Segundo levantamento da agência Ativaweb, Michelle Bolsonaro lidera o índice de engajamento digital entre os presidenciáveis de direita, com 1,1% na escala utilizada pela empresa. Entre os governadores com potencial candidatura, Tarcísio de Freitas aparece em primeiro lugar, com 0,95%, seguido por Romeu Zema (0,82%), Ratinho Júnior (0,74%) e Ronaldo Caiado (0,37%). Apesar da colocação, Caiado foi o que mais cresceu, no último mês, com aumento de 1,9% no índice de engajamento.

## Direita tem força, mas falta unidade

“A direita continua forte em volume, mas fraca em convergência. Falta narrativa nacional, integração digital e um discurso que una emoção, gestão e propósito”, explica Alek Maracajá, fundador da Ativaweb.

## LISSAUER VIEIRA

# “Muitos falam que defendem o agronegócio, mas não se posicionam ao lado do setor”

O ex-deputado estadual Lissauer Vieira é uma das principais lideranças do agro no sudoeste goiano. Em 2022 ele deixou de disputar a eleição e, em 2024, perdeu a disputa pela prefeitura de Rio Verde para o candidato do MDB. Na votação do Fundeinfra, se afastou da base do governador Ronaldo Caiado, trocou o PSD pelo PL, e agora se prepara para disputar uma cadeira na Assembleia Legislativa. Se por um lado a votação do Fundeinfra lhe trouxe um derrota, por outro lhe possibilitou reconhecer os representantes do agro que realmente apoiam o setor, e não apenas se apresentam como tal.



**L**issauer  
Vieira

Pré-candidato a  
deputado estadual (PL)

## Andréia Bahia

### TRIBUNA DO PLANALTO

**Ao desistir da eleição em 2022, o senhor estaria deixando a política para cuidar dos seus negócios e da família, após a morte de seu pai. Em 2024 disputou a Prefeitura de Rio Verde. Estava em seus planos voltar ou o senhor mudou de ideia?**

### LÍVIO LUCIANO

Não estava em meus planos. Na verdade, 2022 foi um ano muito difícil para mim, com a perda do meu pai. Eu tinha uma ligação muito grande com meu pai e foi uma decisão tomada em um momento de dificuldade psicológica e até mesmo familiar. A minha intenção naquele momento, de fato, era sair da política e cuidar dos negócios, da família e das atividades pessoais. Mas, como todos sabem, política é uma coisa que tem uma porta só, a de entrada. Não é fácil sair. E eu tenho muita referência, muitas pessoas que buscam meu trabalho e minha história, o relacionamento que tenho; essa referência nos motivou a disputar. Sabíamos das dificuldades que seria disputar (a prefeitura de) Rio Verde, mas disputando de cabeça erguida, com propósito

e com propostas e tenho certeza que a população um dia vai entender quais foram as nossas propostas. Respeitamos o resultado das urnas, como sempre, na democracia, e agora vamos planejar retomar o trabalho na Assembleia Legislativa, que tenho certeza de que será de muita importância para o estado de Goiás, pela nossa experiência, pelo que já vivi e vivenciei e pelo conhecimento que tenho de todo o estado de Goiás e também no que tange a gestão pública.

**Que leitura o senhor faz do resultado da eleição de 2024 em Rio Verde? Porque o senhor liderava todas as pesquisas de intenção de voto, bem à frente dos demais candidatos, e foi surpreendido com a virada de Wellington Carrijo (MDB). O que aconteceu ao longo da campanha?**

Na verdade, desde o começo nós sabíamos da dificuldade, o prefeito da cidade tinha uma avaliação muito alta, é um município com um poder administrativo e de arrecadação muito grande - a cidade tem R\$ 2 bilhões de arrecadação por ano. O jogo é pesado, e nós sabíamos o tamanho desse jogo e o tamanho das dificuldades que nós íamos enfrentar, porque é uma máquina administrativa de uma cidade

que arrecada 2 bi por ano. Nós tínhamos a noção disso, o tamanho das dificuldades e da concorrência que nós teríamos. Eu não tinha dúvidas de que seria uma eleição extremamente difícil para nós. E um dos motivos do resultado das urnas foi que a situação - com todo o poder na mão, com a máquina na mão e com uma aprovação boa do ex-prefeito, uma aprovação alta - foi unida e a oposição, que teria que se unir, rachou em quatro candidaturas. Isso dificultou ainda mais a eleição.

**Falando nessa divisão, o senhor é pré-candidato a deputado estadual em uma região de forte predominância do agronegócio e que tem muitos políticos que representam o setor. Qual a estratégia para não dividir os votos e acabar não elegendo nenhum representante do setor?**

O setor agropecuário em Goiás é muito forte, muito expressivo; tem que haver muitas pessoas que representam o setor. Eu entendo que a Assembleia Legislativa, como também a Câmara Federal, não vai ter um representante do setor, vai ter vários representantes do setor. Eu entendo que, na minha passagem pela Assembleia Legislativa, nos oito

Política é uma coisa que tem uma porta só, a de entrada. Não é fácil sair. E eu tenho muita referência, muitas pessoas que buscam meu trabalho e minha história, e essa referência me motivou a disputar a eleição em 2024.

anos, eu fiz o meu papel, cumpri com a minha obrigação, na medida do possível, tivemos muitas vitórias, tivemos algumas derrotas - isso faz parte do processo democrático dentro da Assembleia Legislativa - na defesa do setor agropecuário, do setor produtivo, principalmente do desenvolvimento econômico. Eu entendo que quanto mais representatividade tiver, mais cabeças pensando

da mesma forma, mais força temos para defender os interesses do setor. Eu vejo que muitos falam que defendem o setor agropecuário, mas na hora de vamos ver, na hora de precisar se posicionar, não se posicionam ao lado do setor. Nós vimos isso claramente na votação do Fundeinfra (Fundo Estadual de Infraestrutura) na Assembleia. Eu era presidente e, mesmo assim, me posicionei contra, fiz todo o possível para derrotar a matéria, mas muitos parlamentares que votaram contra o produtor rural ou a favor da criação do Fundeinfra se diziam representantes do setor agropecuário; não foi isso que se viu na hora da votação e na hora que os produtores precisaram desse voto que poderia fazer a diferença para derrotar uma matéria que não foi, não é e continua não sendo benéfica, principalmente no momento de crise que o setor agropecuário vive. Saímos derrotados nessa matéria. Eu defendi a derrota da matéria e criei talvez até muitas animosidades, não posso dizer inimizades, porque isso não faz parte do meu vocabulário, mas animosidades, algum distanciamento da base do governo do Estado, justamente porque me posicionei contra naquela oportunidade.

**Naquele momento, houve uma crise entre o setor do agro e o governador Ronaldo Caiado. Essa crise foi debelada, Ronaldo Caiado ainda representa o setor ou ele ficou com a imagem um pouco desgastada em razão da taxa do agro?**

Não tem como não ficar sequelas em um processo tão traumático como foi. O governador, ao longo da sua carreira política, principalmente como líder classista e parlamentar no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, sempre defendeu o setor agropecuário e, nas principais pautas, como a securitização e outros momentos de crise do setor agropecuário, o atual governador, na época deputado federal ou senador, sempre foi um dos que levantou a bandeira e foi um dos principais na trincheira em defesa do setor agropecuário. Ronaldo Caiado como governador do estado criou o Fundeinfra. Eu entendo que não necessitava, isso é uma opinião minha. Entendo que poderia ser menos traumático, poderia ser uma situação mais conversada, mais dialogada para se chegar a um denominador comum para se fazer as obras, que são importantes e fundamentais para o setor e para o desenvolvimento do estado. Precisa-se ter infraestrutura, mas foi em um momento de muita dificuldade, porque o setor estava vivendo uma transição de governo, do Jair Bolsonaro, que é da direita e representa o setor, para um governo de esquerda do PT; um momento de muita instabilidade fiscal e econômica para o setor agropecuário, e acabou, de fato, prejudicando o setor, que ainda hoje não vive um momento tão bom no que tange à economia, aos resultados, à margem de lucro. Teve, logicamente, um trauma com relação à história do governador com o setor agropecuário. Agora veio mais uma crise com a decisão do ministro Alexandre Moraes de suspender as obras do convênio com o Ifag (Instituto para o Fortalecimento da Agropecuária de Goiás), e com toda certeza ficaram sequelas. Ficaram algumas feridas que talvez nem sejam curadas, mas entendo que o governador tem habilidade, o poder nas mãos para poder ir aos poucos curando isso e resolvendo esse problema, entregando o que de fato o produtor quer. Se ele está pagando o recurso, nós estamos pagando, porque eu sou produtor rural também, o mínimo que o governo tem que fazer é devolver isso em obras.

**Com a decisão do STF de**

**suspender o convênio do governo com o Ifag, qual a expectativa do senhor em relação à taxa do agro?**

Eu entendo que essa é uma decisão jurídica e tem que cumprir. Eu não estou acompanhando de perto, mas é preciso dialogar, tentar um recurso que o governo do estado, através da Procuradoria-Geral, já entrou com esse recurso e esperamos que seja revisto isso para as obras continuarem. Isso é o mínimo que o produtor rural espera. Se acaso não tiver como, o governo tem que tratar de agir com celeridade para poder fazer da forma que a legislação manda, que é através da Lei de Licitações, que é a Lei 14.133, para poder dar seguimento às obras. Nós não podemos trabalhar com a hipótese de as obras serem paralisadas, que a morosidade do poder público siga e não dê continuidade a essas obras. O estado está defendendo o caminho correto, que é mostrar que, com a paralisação das obras, há o risco de se deteriorar com o tempo. Mas eu entendo que isso tem que ser definido logo, se for para o lado positivo e retomar as obras, que é o melhor caminho, um caminho mais curto e mais tranquilo, ou então um plano B, que seria não autorizar e o governo fazer o processo devidamente legal, que é através da Lei de Licitações.

**Quais as alianças o PL busca para a eleição de 2026? O PSDB é um possível aliado?**

O PL caminha com a ideologia de direita, a ideologia de trabalhar com partidos ligados à mesma ideologia do PL. Você pode ter certeza que nós teremos chapas competitivas para deputado estadual, teremos chapas competitivas para deputado federal, teremos o nosso candidato a senador que hoje está posicionado à frente nas pesquisas, que é o deputado federal Gustavo Gayer, teremos candidato a governador. Eu não estou

*O PL terá chapas competitivas para deputado estadual e federal, terá um candidato a senador, que é o deputado federal Gustavo Gayer, e candidato a governador.*



Fotos: Divulgação

*Se estamos pagando o recurso, e digo porque eu sou produtor rural também, o mínimo que o governo tem que fazer é devolver isso em obras. As obras não podem ser paralisadas.*

afirmando a candidatura do senador Wilder Moraes, mas é o nome mais preparado, o nome mais próximo, o nome que tem mais condições, que hoje tem um mandato federal, que é ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro, que é ligado ao presidente nacional Valdemar Costa Neto, é uma pessoa que tem condições, que tem história de vida, que tem capacidade administrativa para fazer com que Goiás se desenvolva ainda mais e siga crescendo em desenvolvimento, em desenvolvimento acelerado, como nós vemos a pujança econômica do Estado de Goiás. O PL vive um momento importante no estado, que terá candidaturas sólidas, candidaturas viáveis e que com toda certeza vamos trabalhar para fazer o governador, o senador e o maior número possível de deputados estaduais e federais.

**O PL busca a filiação da deputada Marussa Boldrin?**

Isso é uma decisão muito pessoal da deputada. O convite já foi feito, não só por mim, que ela é da minha cidade, daqui de Rio Verde, como também pelo senador Wilder, que deixou aberto o convite. Ela não tem como sair agora, como qualquer outro parlamentar, porque só em março abre-se a janela. O deputado federal Gustavo Gayer, eu não conversei com ele sobre isso, mas acredito que ele já esteja conversando com alguns parlamentares em Brasília para poder fazer a composição e virem para o PL. A deputada Marussa tem uma representatividade também do setor agrope-

cuário e tem a ideologia de direita, precisamos alinhar essas situações. Mas entendo que não teria dificuldade de ela vir para o PL, se for o desejo dela e da base política dela.

**Além de candidatos do PL, o senhor pode apoiar candidatos de outros partidos, como Bruno Peixoto, do União Brasil?**

Não é questão de apoiar. Cada cidade tem sua história. As lideranças políticas de cada município têm um relacionamento político com algum parlamentar. Eu tenho várias bases que vão me apoiar e deputados de outros partidos. Como, por exemplo, o deputado Bruno Peixoto, que é meu amigo; foi deputado comigo; enquanto eu era presidente, ele era líder do governo; fomos parlamentares por oito anos; e ele tem uma força muito grande no estado hoje, na sua pré-candidatura a deputado federal, e nós temos muitas bases em conjunto. Assim como é com o deputado Daniel Agrobom, com o deputado Lucas Calil e tantos outros parlamentares, tanto federal como estadual, que estão pleiteando a candidatura a deputado federal com quem nós vamos, com toda certeza, fazer algumas obras em municípios. O porquê disso? Porque cada município tem sua história e eu preciso respeitar o entendimento e a opção das lideranças municipais. Essas bases optam por um deputado federal e optam por mim, no caso, como pré-candidato a deputado estadual. Precisamos respeitar isso e, dentro da reali-

dade de cada município, da história de cada município, vamos consolidar esses apoios, essas parcerias políticas dentro do município. Vários deputados federais que hoje têm mandato, outros grupos que vão pleitear o mandato, nós vamos trabalhar em parceria e com alguns do PL também, que é natural, o próprio Fred Rodrigues, Maycon Tombini, do PL de Jataí, que é pré-candidato a deputado federal, e alguns outros que são do PL, mas nunca deixando de manter as portas abertas para os municípios com outras candidaturas que sejam de outras agremiações partidárias, mas que convergem dentro daquele município especificamente.

**O senhor tem informação sobre o interesse do Daniel Agrobom de sair do PL?**

Não tenho, não sei da condição dele, tenho conversado muito com ele, com a assessoria dele, tem vários municípios em que nós vamos trabalhar em parceria, vamos fazer obras políticas. Mas eu não posso afirmar isso, porque as conversas que eu tive com ele até hoje, nós não tratamos desse assunto. Ele está no PL, está bem posicionado, o partido quer candidaturas que já estão no partido, que permaneçam, mas isso é uma opção muito pessoal dele e até mesmo de estratégia política.

**O senhor falou que Wilder pode ser candidato a governador, mas ele ainda não se manifestou pela candidatura. O MDB é seu adversário político em Rio Verde, tanto que Daniel Vilela interveio no partido na eleição de 2022, tirou a Marussa Boldrin da presidência para garantir o apoio do MDB a Wellington Carrijo. Caso o PL faça aliança com a base do governador Ronaldo Caiado, o que também está em discussão, há possibilidade de o senhor apoiar Daniel para governador?**

Eu sou muito de grupo, respeito a decisão partidária e continuarei respeitando a decisão do meu partido. Mas a informação que eu tenho é que o PL terá candidaturas em todas as esferas. Essa possibilidade hoje está descartada. O PL terá candidato a governador e eu trabalho incansavelmente para ser o senador Wilder de Moraes o nosso candidato a governador. Mas qualquer decisão que o partido tomar no futuro será respeitada por mim e com toda certeza nós vamos seguir na trincheira que a direção estadual e até mesmo com a obra da direção nacional desse tipo.

# PL terá candidatura própria a presidente escolhida por Bolsonaro

**O PL deve ter candidato a presidente da República ou apoiar algum candidato. O senhor fica com o candidato apoiado pelo PL ou com Caiado?**

Eu entendo que o PL terá candidatura própria à Presidência da República, claro, escolhido exclusivamente pelo nosso líder maior, que é o ex-presidente Bolsonaro. Essa decisão e essa escolha com certeza vai ser logo ali na frente. Tarcísio de Freitas pode vir para o PL ou outro nome, como Ratinho Jr., como o próprio governador Caiado. Vamos aguardar a decisão, mas, como eu falei, a minha decisão, o veredito final do apoio aqui em Goiás, e tenho certeza que o senador Wilder pensa da mesma forma, é apoiar o candidato da direita oficial apoiado pelo presidente Bolsonaro. Eu não abro mão disso. Particularmente, o meu apoio a presidente da República será a indicação do ex-presidente Bolsonaro.

**Em 2022, Bolsonaro não esteve em Rio Verde quando visitou Goiás e disseram, à época, que o senhor seria o candidato do Wilder e não o candidato dele. Isso procede?**

Bolsonaro esteve em Rio

Verde, inclusive ficou dois dias lá. Ele esteve na pré-campanha e, depois, na campanha, não foi possível por conta da agenda dele ser muito corrida. Mas o presidente Bolsonaro esteve em Rio Verde, fizemos quatro reuniões durante dois dias na cidade, fizemos um encontro com líderes classistas, que reuniu mais de 1,5 mil líderes classistas e religiosos. Depois fizemos um evento político, também fizemos uma carreata na cidade. Ele esteve, sim, no mês de julho de 2024, em Rio Verde, na minha pré-campanha, consolidando e avaliando nossa pré-candidatura.

**Em 2023, o senhor disse que o agro via com preocupação o governo Lula. Passados dois anos, como está a relação do agro com o governo federal? As diferenças são mais ideológicas ou o governo não tem atendido as demandas do setor?**

O setor está extremamente preocupado, extremamente ansioso com tudo que vem acontecendo na economia do país: máquina administrativa extremamente inchada, taxas de juros altas, acesso ao crédito cada vez mais limitado, a possibilidade de fazer investimentos com muita dificulda-



de e até mesmo a insegurança fiscal e jurídica que vivemos hoje no nosso país. Se eu falei isso em 2023, dessa preocupação, hoje eu falo que ela aumentou. Estamos em um momento de muita dificuldade, muitos produtores rurais estão tentando renegociar as suas dívidas, eu não falo nem tanto aqui em Goiás, mas no

Brasil; as frustrações sequentes de safra no Sul do país, ano após ano; todos esses problemas que estão acontecendo, e o setor agropecuário está com a margem muito reduzida. Por isso que eu tenho falado muito e falei e defendi, à época, sobre a não incidência do Fundeinfra. Porque isso pesa muito na conta final da

margem de lucro do produtor rural. Nós temos taxas de juros beirando 20% hoje, isso é inviável, é impagável para o setor agropecuário; nós temos um alto custo de produção e nós temos um passivo, até mesmo lá de trás, de alguns investimentos que foram feitos pelos produtores e que hoje muitos deles não estão conseguindo saldar com seus compromissos. Precisamos rever as políticas públicas, precisamos diminuir a taxa de juros, precisamos diminuir o inchaço da máquina administrativa, porque isso impacta na economia de todos os setores do país, obviamente. O que vemos no governo PT é buscar mais arrecadação para cobrir o déficit, o rombo orçamentário. Já se cogita taxar as exportações, interferir na Lei Kandir, que beneficia o setor primário do nosso país; já se cogita aumentar vários outros tipos de impostos; foi feita uma reforma administrativa que não foi benéfica para o setor agropecuário. Tudo isso preocupa muito o setor agropecuário e o governo PT não é um governo que atende às expectativas e deixa nós, pecuaristas, agropecuaristas, produtores rurais inseguros com o futuro do país.

## DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS CADA VEZ MAIS PERTO DE VOCÊ.

SERVIÇOS GRATUITOS | ATENDIMENTO DIRETO | SEM BUROCRACIA

A **Assembleia Legislativa de Goiás** está presente em todo o Estado com o programa **Deputados Aqui**. Uma estrutura completa, em parcerias com diversos órgãos e instituições, para levar atendimento gratuito e de qualidade até a sua cidade.

- ✓ Consultas gratuitas, emissão de documentos e serviços de castração de pets
- ✓ Participe de audiências públicas e sessões solenes
- ✓ Converse frente a frente com seus deputados estaduais



**QUER SABER MAIS?**  
ACESSE E FIQUE POR DENTRO DE TUDO!



ELEIÇÃO 2026

# Filiação e candidatura de José Eliton pelo PT são conversas apenas da presidência, diz Mauro Rubem

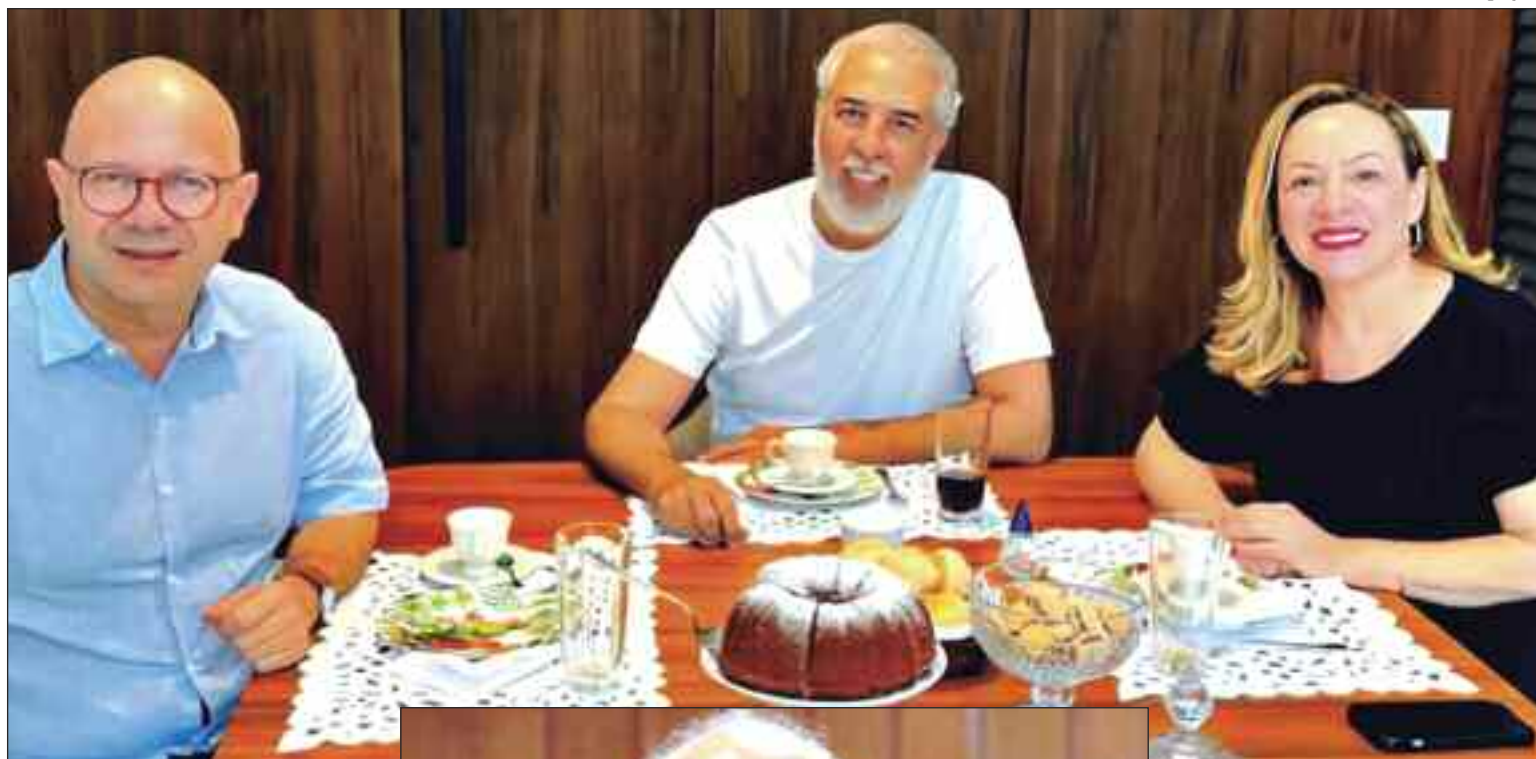
Fotos: Divulgação

Deputado revela que tratativas, embora já feitas com figuras nacionais do partido, não chegaram a filiados de Goiás, que, juntos a outras legendas, constroem a Frente Progressista

Thiago Queiroz

A possibilidade de o ex-governador José Eliton (sem partido) se filiar ao PT e ser o candidato da legenda ao governo estadual nas eleições de 2026 não foi discutida com os filiados com ou sem mandato, embora já tenha sido debatida pela direção goiana com o próprio e com correligionários nacionais. O deputado estadual Mauro Rubem (PT), por exemplo, revela não ter participado de reunião sobre o assunto. “Não tive nenhum contato. Isso [conversas] tem sido ainda na esfera da presidenta Adriana Accorsi. Tem informações que não chegaram”, diz ele, que afirma não acreditar na escolha de Eliton. “Não o vejo com uma candidatura já tão precoce no PT para cumprir esses desafios que o momento e a polarização política, que já extrapola as fronteiras brasileiras, exigem. Então, eu entendo que ele não cumpriria esse papel.”

No início deste mês, José Eliton voltou às articulações políticas após anos afastado para se dedicar à advocacia. Ele tem mantido conversas com a deputada federal e presidente do PT em Goiás, Adriana Accorsi, para compor uma “frente progressista” no estado e em apoio à reeleição do presidente Lula (PT). Os dois já conversaram também com o secretário executivo da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noletto. Adriana, que aparece nas pesquisas em terceiro ou quarto lugar das intenções



“Precisamos de um nome que tenha uma identidade forte com o PT”, defente Rubem

Olavo Noletto, José Eliton e Adriana Accorsi: encontro foi realizado na casa do ex-governador

de voto no estado, é outro nome cotado para a disputa ao governo de Goiás, pelo seu partido, mas admitiu a possibilidade de o ex-governador ser o escolhido, dependendo da estratégia do grupo formado pelo PT e aliados.

O encontro do trio chegou a ser divulgado pelo ex-governador em suas redes sociais, com sinais de positividade quanto aos possíveis novos colegas de partido e com projeto para Goiás em vista. “Fiquei feliz em ver nos dois a vontade de fazer o Brasil avançar e Goiás reencontrar o caminho da Justiça”, escreveu Eliton.

Sobre a possibilidade de se filiar um novato como José Eliton para já disputar mandato de governador, o deputado se ancora no histórico do partido para defender um nome mais ambientado. “Entendo que a decisão de ele vir para o PT, caso isso se consolide, é uma evolução política. Porque eu acredito muito no que o PT faz. Mas acho que precisamos, e é nisso que estou advogando, é de ter um nome que realmente tenha uma identidade forte com o que é o PT, com o que é o projeto que o PT expressa hoje. Estamos recebendo ele como uma pessoa que tem uma experiência importante, que vai militar conosco, e tem muitas funções importantes que ele possa cumprir. Porém, a tarefa de um candidato a governador, eu entendo pessoalmente, teria que ser para alguém com vínculo maior.”

Há ainda, nas discussões,

em nome do grupo, conforme disse a presidente Adriana Accorsi, “a depender da estratégia”, o lançamento de um nome de outro partido, que no caso poderia ser o de José Eliton. Em 2022, o ex-governador fez ensaio semelhante ao atual e chegou a se filiar ao PSB. Seu nome foi cogitado para a disputa ao governo, assim como agora. Ele apoiou as candidaturas de Lula e Geraldo Alckmin à Presidência, e trabalhou junto com o grupo esquerdista do estado.

Mauro Rubem, no entanto, argumenta que se faz necessária uma candidatura própria do PT para o partido ter “a oportunidade de defender o legado de Lula e mostrar os investimentos que o governo federal trouxe para Goiás”. Ele cita ainda o acirramento ideológico, que praticamente chegou ao ápice e também extrapolou as fronteiras do país como outro motivo. “Defendo que o PT tenha um nome próprio,

compondo com os demais partidos para as outras vagas, a de vice e as duas de senador. Porque temos que ter uma cara com alguém daqueles que têm realmente domínio sobre o que defendemos.”

Nos governos em que José Eliton foi vice e governador, o PT foi oposição, e nacionalmente polarizava com o PSDB. “Ele fez autocrítica e viu que o que desenvolve o país é um governo de esquerda progressista. Acho que isso é correto, salutar, para cumprir um projeto junto das forças políticas progressistas e que entende que a sociedade precisa se desenvolver nas bases que a esquerda tem apresentado”, observa Mauro Rubem.

Os entusiastas da Frente Progressista trabalham para que ela seja composta também pelo PC do B, PV, PSOL, Unidade Popular e PCB. “Existe uma reconfiguração no Brasil como um todo, os partidos estão também se

movimentando, pode ser que outras siglas se interessem a compor uma frente progressista e democrática. Então, podemos aí ter, provavelmente, outros partidos que possam adiante participar”, diz Mauro Rubem.

Um desses partidos, segundo ele, é o PSB. “Tem sido boas as conversas. Ele compõe aí um grupo de apoio ao governo do estado. Mas, na minha leitura, ele deve, com certeza, compor o projeto de reeleição do presidente Lula, isso é fato, provavelmente com o próprio Alckmin sendo o vice-presidente. Porém, aqui em Goiás, também vejo com muita expectativa de que o PSB componha uma chapa forte, baseada nesse projeto estrutural que muda o Brasil, para a gente também ter aqui um palanque forte de reeleição do Lula.”

A Frente Progressista pré-definiu dezembro como data para apresentar os nomes para a chapa majoritária e evitar que, como em eleições anteriores, tenha-se pouco tempo para trabalhá-los junto ao eleitorado. Para as de deputados estaduais e federais, Mauro Rubem diz que o objetivo é eleger três federais, um a mais que os atuais, e de cinco a seis estaduais. “Já estamos, é óbvio, trabalhando, e a gente sempre trabalha até o último dia.”

## OPINIÃO

# Fome vencida, pobreza em disputa

Antonio Cruz/Agência Brasil

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destaca o impacto da marginalização e a relação entre pobreza e conflitos armados



**Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez da erradicação da fome prioridade nacional com o Fome Zero**

Luciano Cardoso

O Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza, celebrado em 17 de outubro, instituído pela ONU para reforçar que a eliminação da pobreza extrema, é condição essencial para o desenvolvimento sustentável. Trata-se do maior desafio da agenda global atual.

Em 2024, estimativas apontaram cerca de 692 milhões de pessoas vivendo em extrema pobreza no mundo. O cenário tem se agravado, o que reduz drasticamente os recursos disponíveis para áreas essenciais como saúde e educação.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) destaca o impacto da marginalização e a relação entre pobreza e conflitos armados. Dados mostram que países em guerra têm índices de pobreza até três vezes maiores que os em paz. Esses dados reforçam o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 da ONU, que defende sociedades pacíficas, inclusivas e com instituições eficazes e transparentes — mostrando que paz e boa governança são vitais ao combate à pobreza.

O cálculo é complexo, pois, mesmo com crescimento do PIB, a pobreza extrema pode cair lentamente ou até crescer quando o gasto público prioriza a dívida, a capacidade institucional é baixa ou predominam fragilidade e violência. Erradicar a pobreza requer mais que renda, exige Estado eficiente, instituições sólidas e ambiente de

paz — ainda distantes do cenário brasileiro.

## FOME E POBREZA, OS CONTRATOS MUNDIAIS

O “Mapa da Fome” (FAO/ONU) classifica como inseguros os países com mais de 2,5% da população subalimentada. O relatório SOFI 2025 estimou 673 milhões de pessoas com fome em 2024 (8,2% da população mundial). Apesar de leve melhora global, a fome piorou na África e na Ásia Ocidental, atingindo recorde de 295 milhões em 53 países, agravada por conflitos e eventos climáticos extremos.

Países desenvolvidos praticamente erradicaram a fome e mantêm pobreza extrema residual graças à produtividade elevada, educação de qualidade, proteção social sólida, mercados inclusivos e governança estável. Já nas nações em desenvolvimento, a informalidade, a baixa escolaridade, os serviços públicos precários e as instituições frágeis ampliam a fome, a evasão escolar, a violência e limitam o crescimento econômico.

O Brasil voltou a registrar menos de 2,5% de subalimentação em 2022–2024, saindo do Mapa da Fome. Contribuíram o Plano Brasil Sem Fome, a ampliação das transferências de renda, a valorização do salário-mínimo, o apoio à agricultura familiar e o reforço da merenda escolar. Pesquisas entre 2023 e 2024 apontam queda da insegurança alimentar moderada e grave. Persistem, contudo, vulnera-



Divulgação

## Erradicar a pobreza requer mais que renda, exige Estado eficiente, instituições sólidas e ambiente de paz

bilidades: bolsões de fome, desperdício de alimentos e o desafio de transformar a renda assistencial em autonomia e mobilidade social sustentável.

## LULA 2003 — ACERTOS ESTRUTURAIS E O PROBLEMA DA “PORTA DE SAÍDA”

Em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez da erradicação da fome prioridade nacional com o Fome Zero, depois transformado no Bolsa Família — o maior programa de transferência de renda do mundo. Entre seus êxitos, destacam-se o aumento da frequência escolar e da cobertura vacinal: durante seu auge, doenças como sarampo, poliomielite e rubéola recuaram significativamente. Após 2016, as coberturas caíram, mas voltaram a subir com o restabelecimento das condicionalidades — em 2024, a tríplice viral atingiu 95,7% e a poliomielite 95,6%.

Em 2002, o Brasil tinha mais de 33 milhões de pes-

soas em situação de fome. Em 2025, segundo a FAO, voltou a sair do Mapa da Fome, marco de uma transformação social expressiva, mas sustentada por um modelo ainda centrado na assistência. Especialistas destacam a ausência de mecanismos eficazes de “graduação” — a transição dos beneficiários por meio de qualificação, intermediação de emprego e inclusão produtiva — o que resulta em dependência prolongada, pressão fiscal e baixa mobilidade social.

Crescem as distorções que evidenciam a necessidade de maior controle e governança. Exemplo disso é a decisão do TCU que determinou medidas para coibir o uso de benefícios sociais em apostas on-line, após estimativas apontarem que beneficiários do Bolsa Família gastaram mais de R\$ 3 bilhões com essas atividades em agosto de 2024.

O Plano Brasil Sem Fome, lançado em 2023, integrou transferência de renda, agri-

cultura familiar, segurança alimentar e inclusão produtiva, promovendo avanços na redução da pobreza. Contudo, ainda carece de instrumentos eficazes para estimular a emancipação, a inserção produtiva dos beneficiários e a saída do programa.

Como afirmou Barack Obama, “os programas sociais devem ser avaliados não pela quantidade de pessoas que entram neles, mas pelo número de pessoas que conseguem sair deles”. Essa máxima sintetiza o desafio brasileiro: transformar o amparo emergencial em instrumento de libertação social, e não em dependência permanente.

## FOME, DESEMPREGO, EVASÃO E VIOLÊNCIA: ELOS CAUSAIS QUE TRAVAM O DESENVOLVIMENTO

A fome e a pobreza corrompem o capital humano, comprometendo a nutrição na primeira infância, o desenvolvimento cognitivo e a permanência escolar, além de reduzir a empregabilidade e a produtividade, ampliar a exposição à violência e perpetuar a dependência social.

Evidências de estudos nacionais mostram que o desemprego também tem efeitos letais, e estão associados ao aumento da criminalidade e a dezenas de mortes adicionais a cada 1% de alta na taxa de desocupação. No campo político, programas de transferência de renda sem uma base educacional sólida — preferencialmente em tempo integral —, sem incentivo ao EJA, sem qualificação técnica (Senai/Senac/Senat/Sebrae), sem intermediação ativa de emprego (Sine/auxílio-emprego) e sem estímulo ao empreendedorismo, não conseguem romper o ciclo da vulnerabilidade e da dependência.

Políticas de ativação devem ser factíveis e bem estruturadas, com oferta real de vagas, adequação às demandas locais, monitoramento por resultados e mecanismos de reentrada em caso de nova perda ocupacional.

OPINIÃO

# Goiás como laboratório e a gênese dos modelos e políticas atuais

O Governo Estadual estruturou, por meio do programa Goiás Social, um ecossistema integrado de transferência de renda focalizada, assistência e segurança alimentar

Luciano Cardoso

Goiás tem sido historicamente um laboratório de políticas públicas que mais tarde ganharam escala nacional. Durante os governos de Marconi Perillo, o estado testou e implementou programas eficientes e inteligentes como o Renda Cidadã, Cheque Moradia, Bolsa Universitária e Vapt Vupt — experiências que influenciaram iniciativas federais, como o Cadastro Único, o desenho do Bolsa Família, o FIES e o Cartão Reforma, inspirado diretamente no Cheque Moradia.

No ciclo mais recente, o Governo Estadual estruturou, por meio do programa Goiás Social, um ecossistema integrado de transferência de renda focalizada, assistência e segurança alimentar. Iniciativas como Mães de Goiás, Auxílio Nutricional, Alimentação Direta, Banco de Alimentos, NutreBem, Goiás Empreendedor e Pontes para Autonomia se destacam por ir além da simples proteção: elas incentivam a qualificação, o empreendedorismo e a autonomia dos beneficiários e fornecem mecanismos para o alcance dos resultados esperados.

Os resultados são expressivos. Em 2024, segundo o IBGE, Goiás reduziu em 24,6% a insegurança alimentar geral e em 36,3% a grave, figurando entre os cinco melhores desempenhos do país. No mesmo período, colheu avanços também na

Seapa



**Programa de Aquisição de Alimentos: Goiás é laboratório de políticas públicas**

segurança pública, os homicídios dolosos caíram 11,35%, de 1.004 para 890 vítimas — a maior redução percentual do Centro-Oeste, conforme o Mapa da Segurança Pública 2025 do Ministério da Justiça, baseado em dados do Sinesp, provando que os esforços contra a pobreza, a fome e o desemprego surtem resultados rápidos.

## GOVERNANÇA, DETALHES QUE DECIDEM O IMPACTO

Os programas federais de transferência de renda ainda enfrentam falhas estruturais. Cadastros desatualizados, cruzamento de dados precário e ausência de testes de meios eficazes comprometem a focalização, permitindo inclusão indevida e exclusão de quem realmente necessita.

Apesar disso, as condicionalidades — como frequência escolar e vacinação — têm se mostrado eficazes, desde que acompanhadas de oferta adequada de vagas, insumos e monitoramento eficiente.

O controle do uso dos recursos também é essencial. O episódio das apostas online com valores do Bolsa Família expôs a urgência de maior rigor e educação financeira. Além da fiscalização, é necessário criar incentivos corretos, filtros e rastreabilidade, assegurando não só a transferência de renda, mas o uso íntegro e responsável dos recursos públicos.

## DO ASSISTENCIALISMO À EMANCIPAÇÃO. POLÍTICA



## DA "PORTA DE SAÍDA"

A arquitetura ideal das políticas de erradicação da pobreza deve basear-se em uma rede de proteção social sólida, sustentada por transferências de renda bem focalizadas e condicionalidades viáveis, especialmente nas áreas de educação e saúde, assegurando que o apoio financeiro esteja vinculado a compromissos efetivos de desenvolvimento humano.

A advogada e especialista em Direito Administrativo e Políticas Públicas July Cristiny Fernandes Ferreira afirma que: “é essencial a criação de um bloco de ativação econômica, voltado à qualificação técnica modular e contínua, promovida em parceria com instituições como Senai, Senac, Senat, Sebrae e entidades do terceiro setor. Esse eixo deve oferecer trilhas formativas alinhadas às demandas regionais de trabalho, além de mecanismos ativos de intermediação entre vagas e beneficiários, com metas de inserção municipalizadas. Também é indispensável prever incenti-

vos ao primeiro emprego e à transição para o empreendedorismo, por meio de microcrédito orientado, mentoria empresarial e acesso preferencial às compras públicas locais”.

A criação de um bloco de ativação econômica é essencial, com mecanismos de graduação e reentrada, permitindo ao beneficiário transição gradual ao mercado formal, manutenção parcial do benefício na adaptação e retorno automático em caso de desemprego.

\*\*A educação deve ser o eixo central da emancipação, com expansão do ensino integral, incentivo à leitura e valorização do mérito, como nos programas goianos de premiação a alunos e professores. Somente a formação de qualidade transforma assistência em oportunidade e rompe o ciclo assistencialista.

É igualmente indispensável adotar métricas públicas de desempenho e transparência, com indicadores de aprendizagem, empregabilidade, conclusão escolar,

segurança alimentar, saúde e eficiência territorial, sob auditoria independente e prestação de contas contínua à sociedade.

## MANTER O BRASIL FORA DO MAPA DA FOME EXIGE INSTITUIÇÕES QUE EMANCIPEM

O Brasil voltou a figurar fora do Mapa da Fome, devolvendo dignidade a milhões de cidadãos e reafirmando seu compromisso com a justiça social. A conquista é inegável, resultado de políticas públicas focadas, ampliação da rede de proteção e retomada da responsabilidade social. O desafio, porém, é torná-la duradoura, erradicando a pobreza de modo estrutural, substituindo o amparo por um modelo de emancipação que una educação de qualidade, qualificação profissional, intermediação eficaz e empregos dignos.

As transferências de renda são vitais no enfrentamento imediato da miséria, mas, sem apoio educacional e qualificação técnica, podem perpetuar a dependência. Um programa social eficaz deve ser porta de entrada para a cidadania e caminho de saída para a autonomia, não um ponto sem retorno.

O futuro do Brasil dependerá da escolha entre a manutenção da dependência crônica e a construção de uma cidadania produtiva — decisão que exige políticas públicas bem desenhadas e um Estado capaz de criar oportunidades reais e duradouras.

Erradicar a fome é mais que distribuir alimentos, é distribuir possibilidades. Implica investir em um povo capaz de sustentar o próprio futuro, transformando vulnerabilidade em potencial e auxílio em liberdade — um novo pacto nacional alicerçado em educação, trabalho e dignidade.

O Brasil, agora fora do Mapa da Fome, enfrenta um novo desafio: transformar a superação da miséria em emancipação social. Para isso, é essencial alinhar políticas públicas a estratégias de inclusão produtiva, fazendo da autonomia o verdadeiro motor do desenvolvimento.

## FUNDEINFRA

Cautelar será submetida ao **Plenário do STF**

Advogado constitucionalista aponta os próximos passos da ação que questiona leis do Estado de Goiás



Arquivo pessoal

**Matheus Costa, advogado constitucionalista, aponta desdobramentos da decisão do STF**

**Carla Borges**

**A**pós a decisão liminar do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que suspendeu a eficácia de duas leis do Estado de Goiás que autorizavam repasses de recursos públicos para execução de obras rodoviárias sem a realização de licitação, cada trâmite do processo é acompanhado com atenção especial em Goiás. A medida cautelar foi concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7885 e será submetida a referendo do Plenário.

O advogado constitucionalista Matheus Costa explica que a decisão já está vigente e produzindo efeito, o que significa que as obras que dependem única e exclusivamente dos recursos do Fundo Estadual de Infraestrutura de Goiás (Fundefra) não podem continuar. “O Estado de Goiás opôs embargos de declaração, pedindo para que o ministro relator reconsidere a própria decisão, ou que, ao menos, adote efeitos prospectivos, ou seja, dizer que aquilo que foi iniciado pode ser continuado suspendendo eventuais novas obras”, explica o advogado.

Esse recurso da PGE já foi concluso para o relator, ministro Alexandre Moraes. “Ele pode reconsiderar ou ainda determinar a intimação da PGR para que se manifeste nos autos, assim como a AGU”, esclarece Matheus Costa, acrescentando que o ministro não é obrigado a

decidir de forma imediata.

“Um próximo passo, que pode andar concomitantemente a isso, seria a inclusão da ação em pauta para o Plenário do STF, provavelmente de forma virtual, para que os ministros julguem manter ou revogam a eliminar”, pontua o advogado, esclarecendo que todos os ministros devem julgar e pode haver ou não pedido de vista. “Mesmo que haja maioria, mas o julgamento não seja encerrado por algum pedido de vista, isso significa que continua a vigência da liminar”, observa.

Se o plenário confirmar o entendimento do ministro Alexandre de Moraes, as leis continuam suspensas. Se revogar, as leis voltam a produzir seus efeitos. “Importante alertar que o referendo à cautelarou a sua suspensão não significam que é uma decisão de mérito, os ministros podem ter outras posições ao longo do tempo”, destaca.

Além do Estado de Goiás, devem prestar informações a Assembleia Legislativa, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR). “Depois de todas essas informações, prestadas, estaria pronta a decisão para julgamento do plenário. Mas são circunstâncias que dependem muito da pauta, o que é prerrogativa própria do ministro Edson Fachin (presidente do STF) colocar em julgamento, seja no campo virtual, seja no campo presencial”, elucida Matheus Costa.

# J

## Tribuna Jurídica

**CARLA BORGES**  
carlazenborges@gmail.com



### ▶ TRT julga improcedente ação sobre assédio eleitoral em Aparecida

A Justiça do Trabalho em Goiás manteve a sentença da juíza Eneida Martins, da 2ª Vara do Trabalho de Aparecida de Goiânia, que julgou improcedente a Ação Civil Pública movida pelo MPT contra empresários e políticos do município. A ação foi proposta pela procuradora do Trabalho Janilda Guimarães em face dos políticos Sandro Mabel, Leandro Vilela e Gustavo Mendanha, então, respectivamente, candidatos a prefeito de Goiânia, prefeito de Aparecida e ex-prefeito de Aparecida.

### ▶ Comício e coação

A procuradora argumentou que os empregados de empresas cujos patrões apoiavam os candidatos eram obrigados a participar de reuniões e ouvir discursos, em uma situação de possível coação por parte dos empresários e candidatos, o que caracterizaria o assédio eleitoral contra os trabalhadores.

### ▶ Prova inequívoca

O MPT recorreu da decisão, mas a 2ª Turma do TRT-GO manteve, por maioria, a improcedência da ação. O relator, desembargador Platon Teixeira de Azevedo Filho, destacou que a configuração do assédio eleitoral exige “prova robusta e inequívoca” da conduta abusiva, o que não se verificou no caso. Para o magistrado, as imagens que instruíram o inquérito civil não demonstram coação ou imposição aos trabalhadores



### ▶ Plataformas e pejotização

A procuradora do Trabalho Milena Cristina Costa (foto) assumiu o cargo de procuradora-chefe do MPT em Goiás pelos próximos dois anos (2025-2027). Em seu discurso, ela falou dos desafios, que se multiplicam, como a precarização das relações de trabalho, as novas tecnologias e os efeitos drásticos das mudanças climáticas nas relações de trabalho e no meio ambiente de trabalho. “Enfrentaremos, com responsabilidade, o debate sobre plataformas digitais e pejotização, sempre com a dignidade humana como norte”, assegurou.

### ▶ Juiz inverte guarda de criança

O juiz Fernando Augusto Chacha de Rezende, da Vara de Família de Alexânia, transferiu a guarda de uma criança da mãe para o pai. O motivo foi o descumprimento, por parte da mãe, de decisão judicial. A mãe ajuizou ação pedindo a guarda provisória e autorização para se mudar com a criança. O primeiro pedido foi concedido, mas o segundo foi negado. No entanto, no mesmo dia da decisão, a mãe viajou para o Amazonas com a criança. O pai alegou, além do descumprimento da sentença, o risco de afastamento definitivo da filha.

### ▶ Prioridade absoluta

O TJ-GO conquistou o 1º lugar na categoria “Tribunal” do Eixo Protetivo da 5ª edição do Prêmio Prioridade Absoluta, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O reconhecimento foi concedido à Central Estadual Eletrônica do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (CESNA), iniciativa que moderniza a gestão de dados sobre adoção e acolhimento e fortalece a governança judiciária na área da infância e juventude.



*O intuito do acusado de conferir celeridade ao processo de licenciamento do Linhão [...] mostra-se patente e delinea a motivação por detrás do pedido de instauração do inquérito: retaliar e pressionar seus subordinados a tocar para frente o licenciamento da obra*



Thadeu Piragibe Afonso, juiz federal do Amazonas, na sentença que condenou o ex-presidente da Funai Marcelo Augusto Xavier da Silva a dez anos de prisão pelo crime de denúncia caluniosa

ALEGO

# Em 23 edições, Deputados Aqui gastou mais de R\$ 1 milhão

Gustavo de Jesus/Alego

Relançado em 2025, programa tem custo médio de R\$ 40 mil com estrutura e logística e serve de palco para os parlamentares

Arthur Oliveira

Aproximação do parlamento e a população, objetivo do programa Deputados Aqui, tem um custo elevado para os cofres públicos, cerca de R\$ 40 mil por edição. A ação itinerante da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), antes denominada Alego Ativa, foi rebatizada com o novo nome ainda este ano pelo presidente da Casa, Bruno Peixoto (União Brasil) e, ao todo, já foram realizadas 23 edições do programa

Com o objetivo de promover cidadania, interação e prestação de contas dos parlamentares junto à sociedade, o projeto já superou a

marca de 90 mil atendimentos diretos em suas primeiras dez edições de 2025, tendo mobilizado um investimento significativo, totalizando mais de R\$ 1 milhão em estrutura e logística.

A reportagem da Tribuna do Planalto analisou as notas de empenho para aquisição dos itens padrões de locação solicitados e os dados apontam que grande parte do custo não está nos serviços prestados, mas no elevado valor da logística.

O valor de R\$40 mil destina-se, em grande parte, à montagem de uma estrutura que transforma a praça pública dos municípios visitados pelo programa em um palco para os parla-



Edição do programa Deputados Aqui em Itapuranga: logística robusta

mentares. O orçamento inclui a locação de uma unidade de palco e de sistema de som robusto.

SERVIÇOS

O programa oferta consultas médicas, odontológicas e oftalmológicas, exames de imagem, auriculoterapia, emissão de documentos,

orientações jurídicas gratuitas, castração de animais com o Castramóvel, distribuição de mudas nativas, cursos profissionalizantes e atividades culturais e recreativas.

Tais serviços servem ao propósito explícito do programa: "valorizar nossos deputados e deputadas em suas regiões, ampliando a

representatividade parlamentar". Em um cenário pré-eleitoral, esse discurso se traduz em um palco itinerante de luxo, onde cada parlamentar tem a oportunidade de interagir com a população, ouvir reivindicações e, crucialmente, ser fotografado e associado à entrega de benefícios.

## População do Vale do Rio dos Bois recebe benefícios neste sábado

As ações sociais da Assembleia Legislativa, no Programa Deputados Aqui, chegaram a Palmeiras de Goiás, na região Sul do Estado, neste sábado, 18. Os atendimentos foram realizados no estacionamento da Igreja Assembleia de Deus Madureira, na Av. Rui Barbosa, a partir das 8 horas. A população teve acesso a vários serviços gratuitos, na área da saúde, como consultas com clínico-geral e dentista, exames de ultrassonografia, aferição de pressão arterial, teste de glicemia e auriculoterapia. Também

**“ Em cada município que visitamos, ouvimos as pessoas, atendemos suas necessidades e entregamos serviços que mudam vidas. Esse é o papel da Alego: ser agente transformador nas comunidades.”**

haverá castração de cães e gatos machos.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Bruno Peixoto (UB), destacou que a meta é alcançar 30

cidades até o final do ano, reforçando o compromisso do Parlamento goiano em levar os serviços da Casa de Leis para mais perto do cidadão, especialmente nas

Alego



"A meta é alcançar 30 cidades até o final do ano", afirma Bruno Peixoto

regiões mais distantes da capital. "O objetivo do Deputados Aqui é estar cada vez mais próximo da população. Queremos facilitar o acesso aos serviços públicos e mostrar que o Legislativo está presente, ouvindo e atuando diretamente nas comunidades", afirmou Bruno Peixoto.

O parlamentar também ressaltou o trabalho conjunto que torna o programa possível: "São muitas mãos envolvidas. Servidores da Casa, órgãos parceiros, lideranças locais e os próprios deputados, todos unidos em um grande esforço coletivo para atender quem mais precisa".

## PEC para permitir que deputados assumam cargos em prefeituras recebe primeiro aval

Foi aprovada em primeiro turno, com 27 votos favoráveis, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), apresentada pelo deputado

Karlos Cabral (PSB), que tem por objetivo promover adequações ao inciso I do artigo 15 da Carta Constitucional goiana.

Em justificativa, Cabral argumentou que a proposta tem por finalidade permitir que deputados estaduais possam se licenciar para

assumir cargos em secretarias municipais em cidades com população superior a 50 mil habitantes, secretarias-executivas de ministé-

rios, secretaria nacional ou superintendência regional de órgão ou entidade pertencente à administração pública federal.

## SOBRAS

# Câmara triplica valor devolvido à Prefeitura no primeiro ano de Mabel

Alex Malheiros

Legislativo realiza transferências fracionadas ao longo do ano, com menor vinculação a ações da Prefeitura

Lucas Godoi

A Câmara Municipal de Goiânia quase triplicou o montante devolvido à Prefeitura em 2025, primeiro ano da gestão do prefeito Sandro Mabel (UB), em comparação com os repasses feitos em 2024. Entre janeiro e agosto, o Legislativo repassou R\$ 11,19 milhões, contra cerca de R\$ 4 milhões em todo o ano passado.

Em 2025, o repasse ocorre de forma parcelada e antecipada, com devoluções mensais ao longo do exercício, prática que marca uma mudança no padrão de execução orçamentária da Casa.

Parte dos valores transferidos neste ano, R\$ 5,1 milhões, refere-se a sobras do exercício anterior, quitadas apenas em janeiro. No fim de 2024, ainda sob a gestão de Rogério Cruz (SD), o presidente Romário Policarpo (PRD) declarou que a devolução das economias do Legislativo seria feita no último dia do ano, em gesto de transição com a nova administração. O repasse, no entanto, foi efetuado em janeiro, já no exercício seguinte.

O restante foi devolvido em parcelas distribuídas até agosto: R\$ 1,45 milhão em março, R\$ 3,5 milhões em maio, R\$ 1,1 milhão em julho e R\$ 140 mil em agosto. A nova sistemática de repasses dá



**Com devoluções antecipadas e repasses sem simbolismo político, Câmara redesenha relação com o Paço**

## Duodécimo da Câmara de Goiânia em 2025 (janeiro a setembro)

Mês	Duodécimo recebido (R\$)	Despesa liquidada (R\$)	Diferença mensal (R\$)	Valor devolvido (R\$)
Janeiro	16.000.000,00	26.556.205,12	-10.556.205,12	5.000.000,00
Fevereiro	19.656.609,38	20.901.986,61	-1.245.377,23	—
Março	24.196.292,88	19.602.108,52	+4.594.184,36	1.450.000,00
Abril	24.196.292,88	19.662.226,31	+4.534.066,57	—
Mai	20.800.153,84	16.433.288,00	+4.366.865,84	3.500.000,00
Junho	21.926.451,13	18.404.656,29	+3.521.794,84	—
Julho	21.926.451,13	17.539.797,06	+4.386.654,07	1.100.000,00
Agosto	21.926.451,13	16.610.357,45	+5.316.093,68	140.000,00
Setembro	21.926.451,13	17.556.488,90	+4.369.962,23	—
Total (jan-set)	192.554.153,54	173.266.113,26	+19.288.040,28	11.190.000,00

maior previsibilidade ao caixa da Prefeitura e evita o acúmulo de sobras próximo ao encerramento do ano fiscal.

A mudança de postura na devolução também desvincula a Câmara de ações administrativas, o que foi comum na última administração, com realização de eventos para a entrega simbólica de cheque do duodécimo.

A Câmara Municipal informou à Tribuna que as devoluções de sobras do duodécimo podem ser feitas mensalmente ou ao final do exercício anual para "realização de investimentos e custeio conforme a demanda do Município".

A Câmara explicou que não

é obrigada a divulgar publicamente o destino dos recursos devolvidos. No entanto, quando o prefeito pede a devolução antecipada, informa ao presidente do Legislativo em qual ação ou programa pretende aplicar o dinheiro. O mesmo ocorre quando a iniciativa parte do próprio presidente da Câmara, para apoiar alguma ação específica.

### USO POLÍTICO DAS DEVOLUÇÕES

A devolução do duodécimo historicamente foi utilizada pela Câmara como instrumento de gestão política e exposição pública, associando repasses a projetos específicos do

Executivo.

Nos últimos anos, parte das sobras foi usada, por exemplo, como justificativa para manutenção do Parque Mutirama e para compra de testes da Covid-19. Apesar da intenção declarada, cabe ao Executivo definir a aplicação da verba.

Em 2021, o tema chegou a gerar atrito entre a Secretaria Municipal de Finanças (Sefin) e o Legislativo, quando o órgão requisitou oficialmente a devolução de R\$ 30,9 milhões das sobras daquele ano.

O pedido, no primeiro ano de Cruz, foi interpretado como pressão política, já que havia um entendimento informal de que os valores seriam repassa-

dos conforme as necessidades do Executivo.

Em 2025, até o momento, apenas R\$ 2 milhões do total devolvido tiveram destinação pública anunciada. Na época, Policarpo afirmou que o apoio financeiro seria para o pagamento de shows na Pecuária. O restante dos valores devolvidos não teve vinculação a programa ou ação administrativa.

Nos bastidores, a avaliação é que a nova prática da Câmara, de devolver com mais frequência e sem associar os repasses a ações pontuais, busca evitar críticas sobre o uso político das sobras, reforçando um discurso de responsabilidade fiscal e cooperação institucional com o Executivo.

### COTA PARLAMENTAR

Nos últimos anos, a Câmara tem adotado medidas que ampliam benefícios e despesas institucionais, reduzindo o volume de sobras devolvidas à Prefeitura. Em 2025, os vereadores passam a contar com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (Ceap), aprovada no fim de 2024, que autoriza o uso de até 75% do subsídio mensal, cerca de R\$ 15,5 mil, para custear despesas diretamente ligadas ao mandato.

De caráter indenizatório, a cota exige comprovação dos gastos e não é cumulativa: valores não utilizados no mês são cancelados. O recurso poderá ser aplicado em combustível (limitado a 20% da Ceap), manutenção de escritório político, consultorias e divulgação de atividades parlamentares.

A medida é vista internamente como uma forma de recompor benefícios e aproveitar integralmente o orçamento do Legislativo, dentro do teto permitido pelo duodécimo.

## Câmara analisa reajuste do auxílio-alimentação e pode dobrar benefício pago a servidores

A Câmara Municipal de Goiânia analisa um possível reajuste no valor do auxílio-alimentação pago aos servidores da Casa. A proposta, apresentada pelo vereador Coronel Urzêda (PL), sugere um estudo de impacto financeiro e orçamentário para elevar o benefício dos atuais R\$

467,79 para R\$ 1 mil mensais, alcançando tanto os efetivos quanto os comissionados.

O parlamentar argumenta que o valor vigente já não acompanha o custo de vida da capital e se tornou insuficiente para cobrir as refeições diárias. Segundo ele, o auxílio atual representa

cerca de R\$ 21 por dia útil, considerando uma jornada média de 22 dias trabalhados ao mês.

"Com esse valor, o servidor não consegue sequer pagar um prato feito. O reajuste busca assegurar mais dignidade e equiparar o benefício ao que já é pratica-

do em outros poderes, como o Tribunal de Justiça e a Assembleia Legislativa", defendeu Urzêda.

O requerimento foi aprovado em plenário há duas semanas, e a Mesa Diretora deve agora encaminhar à área técnica o estudo de viabilidade orçamentária, etapa

obrigatória antes de qualquer mudança no valor do auxílio.

Caso a atualização seja implementada, o impacto será absorvido pelo orçamento do Legislativo, que tem apresentado superávit médio de R\$ 2 milhões por mês em 2025.

TRABALHO

# Aparecida cria 3,4 mil empregos formais em 2025

País acumula 1,5 milhão de novas vagas com carteira assinada no ano

Da Redação

**E**m Aparecida de Goiânia, a geração de empregos formais segue em alta. De janeiro a agosto de 2025, o município criou 3.408 novas vagas com carteira assinada, segundo o Caged. Após encerrar 2024 com queda de 1,2 mil postos, a cidade manteve saldo positivo ao longo do ano. O total de trabalhadores formais chegou a 126.272, representando 71% das vagas abertas em 2024.

A administração municí-

pal tem concentrado esforços em programas de intermediação de mão de obra, feirões de emprego e mutirões de contratação, conectando candidatos a empresas locais. O programa de inserção produtiva busca incluir no mercado de trabalho pessoas entre 18 e 59 anos inscritas no CadÚnico. Desenvolvido em parceria com a Prefeitura, o Governo de Goiás e a Adial, o projeto identifica candidatos durante atendimentos nos CRAS e os encaminha para processos seletivos em empresas do setor privado.

Atualmente, Aparecida possui 2,5 mil vagas abertas em empresas ligadas à Adial. A digitalização de serviços e a desburocratização de processos contribuem para acelerar a abertura de novas empresas e fortalecer o ambiente de negócios, segundo a Secretaria

Divulgação/Secom



**O setor de serviços lidera geração de empregos em Aparecida de Goiânia**

Municipal do Trabalho.

**CENÁRIO NACIONAL**

O mercado de trabalho brasileiro manteve trajetória de crescimento em 2025, embora em ritmo moderado. Em agosto, foram 147.358 novos empregos formais, resultado de 2,23 milhões de admissões e 2,09 milhões de desligamentos, de acordo com o Caged.

No acumulado do ano, o

país soma 1,5 milhão de vagas com carteira assinada, aumento de 3,18% em relação a dezembro de 2024. Desde janeiro de 2023, foram criadas 4,6 milhões de vagas, totalizando 48,7 milhões de vínculos ativos.

Entre os setores que mais contrataram, Serviços liderou com 81 mil vagas, seguido por Comércio (+32 mil), Indústria (+19 mil) e Construção (+17 mil). Apenas

a Agropecuária apresentou retração. Entre os estados, São Paulo teve o maior número absoluto de novos postos (+45 mil), enquanto Paraíba e Pernambuco registraram os maiores crescimentos proporcionais.

O saldo também foi positivo entre mulheres e jovens. Mulheres representaram 52% das novas contratações, com 77,5 mil vagas, enquanto adolescentes e aprendizes somaram 33,7 mil empregos. O salário médio de admissão aumentou para R\$ 2.295, alta de 0,56% em relação a julho.

Segundo o Dieese, o percentual de jovens que não estudam nem trabalham caiu para 17,9%, o menor em dez anos. A taxa de desocupação juvenil atingiu 10,2%, o menor patamar desde o início da série histórica da Pnad Contínua/IBGE.

**ANA IMITOU A MAMÃE E NÃO USOU O CINTO DE SEGURANÇA.**

**AGORA, AS DUAS ESTÃO IGUAIS: EM ESTADO GRAVE.**

**3000** CRIANÇAS MORREM POR ANO VÍTIMAS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO. Um número que poderia ser muito menor se não fosse a irresponsabilidade dos adultos.

CUIDADO COM O QUE VOCÊ ENSINA, NO TRÂNSITO E NA VIDA.

**DETRAN** | **GOIÁS**

## ANÁPOLIS

# Prefeitura promove série de ações voltadas à geração de empregos e renda

Paulo de Tarso/ Prefeitura de Anápolis

Iniciativas incluem capacitações gratuitas, cursos profissionalizantes e workshops que conectam candidatos a vagas de trabalho em Anápolis

## Carlos Nathan Sampaio

A Prefeitura de Anápolis tem intensificado as ações voltadas à geração de emprego, renda e qualificação profissional no município. Por meio da Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência e Políticas Sociais, diferentes iniciativas estão sendo desenvolvidas neste mês de outubro, em parceria com instituições públicas e privadas, para capacitar trabalhadores e ampliar oportunidades no mercado local.

Entre as atividades previstas, destaca-se o workshop "Qualidade no Atendimento", que será realizado na próxima terça-feira (21), em parceria com o grupo Ânima. O encontro acontece no Centro de Formação Profissional (Cenfor), localizado na Avenida do Estado, quadra 40, no bairro Recanto do Sol. Com início às 9h, a programação inclui uma apresentação institucional da empresa, seguida do treinamento e, ao final, entrevistas presen-



**Workshop com foco em contratação de profissionais operacionais**

ciais para o preenchimento de 30 vagas de contratação imediata.

Voltado para candidatos interessados em atuar nas áreas de copeiragem, higienização, lavanderia, hotelaria e cozinha, o workshop terá cerca de uma hora de duração e abordará a importância da excelência no atendimento e no serviço prestado. Após o treinamento, será servido um coffee break antes do processo seletivo. A ação integra as políticas municipais de inclusão produtiva, reforçando o compromisso da gestão com o fortalecimento da economia local.

Outra frente de capacitação acontece nesta quinta-feira (16), sob a coordenação da Vigilância Sanitária Municipal, que promove um curso gratuito para manipu-

ladores de produtos cárneos. A formação será realizada das 13h30 às 17h, no auditório da Vigilância, localizado no Anashopping.

O objetivo é qualificar profissionais que atuam em açougues e estabelecimentos similares, com foco nas boas práticas de manipulação, higiene pessoal e segurança alimentar. Durante o curso, os participantes terão acesso a conteúdos teóricos e práticos sobre higienização de ambientes, equipamentos e utensílios, controle de pragas urbanas, manejo de resíduos e cuidados com o prazo de validade dos produtos. Ao término, todos os participantes receberão certificado de conclusão, reconhecendo sua aptidão para aplicar os conhecimentos em suas atividades diárias.

Além dessas ações pon-

tuais, a Prefeitura também abriu inscrições para 200 vagas em cursos gratuitos na área da construção civil, em parceria com o Governo de Goiás, por meio da Secretaria da Retomada, e com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), dentro do projeto Qualifica Goiás.

Os interessados devem se inscrever presencialmente na sede da Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda, localizada no antigo Centro Administrativo. As aulas começam a partir do dia 24 de outubro, com cinco cursos distribuídos em dez turmas: Pintor de Obras Imobiliárias, Aplicador de Revestimento Cerâmico, Instalador de Sistema Hidráulico, Instalador de Sistema de Construção a Seco (Drywall e Placa

Cimentícia) e Pedreiro de Alvenaria.

Os cursos terão cargas horárias variadas, com turmas em diferentes turnos e dias da semana, possibilitando a participação de trabalhadores com distintas rotinas. A iniciativa visa formar mão de obra qualificada para atender à crescente demanda do setor da construção civil, um dos segmentos que mais geram emprego na cidade.

De acordo com a administração municipal, o objetivo é promover o desenvolvimento social aliado ao crescimento econômico, garantindo oportunidades para quem busca uma colocação no mercado e contribuindo para a consolidação de Anápolis como um dos polos de empregabilidade mais dinâmicos de Goiás.

## GOSPEL

## Marcha para Jesus 2025 retorna a Anápolis após oito anos

A Marcha para Jesus 2025 será realizada em Anápolis no dia 18 de outubro (sábado), a partir das 14h, com concentração no Estádio Jonas Duarte. O evento é organizado pelo Conselho de Pastores de Anápolis (CPA), em parceria com igrejas evangélicas da cidade, e conta com o apoio da Prefeitura e da Câmara Municipal. A marcha seguirá pelas principais vias do

município, incluindo as Avenidas Brasil e Goiás, com destino à Praça Dom Emanuel, onde ocorrerá o encerramento da programação.

No local, será montado um palco para apresentações musicais e falas de lideranças religiosas. Entre as atrações confirmadas estão Aline Barros, Delino Marçal, Suelen Lima, Vítor Santana, Casa do Oleiro Adoração, Ministério

Pedras Vivas, Apollo & Acsa, Banda Somos Um e Décio Monteiro e Banda. Durante o evento, haverá um momento de oração pelas autoridades às 16h, com a presença de representantes do Poder Executivo, Legislativo e do Governo Estadual.

A TV Anhanguera fará a cobertura completa e exibirá um especial de 35 minutos no dia 8 de novembro. A primeira-dama Carla Lima

Corrêa participou, nesta quinta-feira (16), de uma reunião na Câmara Municipal de Anápolis, presidida pela vereadora Andreia Rezende (Avante), para oficializar o retorno da Marcha ao calendário municipal. Também estiveram presentes vereadores e representantes do Conselho de Pastores. Segundo a organização, a estrutura contará com apoio do policiamento, SAMU e

Corpo de Bombeiros.

A direção do evento é do bispo Mozart Moraes, presidente do Conselho de Pastores, e a produção executiva está sob responsabilidade de Clécio Ramos. O percurso da Marcha para Jesus será acompanhado por uma carreta de som que seguirá do Estádio Jonas Duarte até a Praça Dom Emanuel. A expectativa é de ampla participação de fiéis e igrejas da cidade.

# ESCOLA

## RECONSTRUÇÃO

# UEG se reencontra e tenta provar que ainda é necessária

Depois de anos de crise e incerteza, a Universidade Estadual de Goiás busca recuperar o prestígio e o papel de motor do desenvolvimento regional, equilibrando expansão e responsabilidade

**Dhayane Marques**

A UEG - Universidade Estadual de Goiás - tenta reencontrar seu lugar no mapa do ensino superior público. Depois de uma década marcada por cortes, ameaças de fechamento e desânimo, a instituição vive um novo tempo, menos barulhento que o da sua criação, mas mais consciente. "A universidade vive um momento próspero. Organizamos a casa e hoje temos um orçamento muito mais condizente com o que a UEG representa", afirma o reitor, professor Antônio Cruvinel Borges Neto.

Criada em 1999, a UEG foi

o grande projeto educacional do governo Marconi Perillo. Surgiu como símbolo de inclusão e orgulho regional, mas se expandiu sem planejamento. Em pouco tempo, havia campi em quase todo o estado, um feito político e social, porém com altos custos de manutenção e fragilidade estrutural. Quando Ronaldo Caiado assumiu o governo, a universidade mergulhou numa crise de gestão e orçamento. A expansão virou sinônimo de excesso. Hoje, o esforço é o inverso: reconstruir com método o que antes cresceu por impulso.

"Não queremos repetir o passado. Antes de abrir um curso, garantimos professor efetivo, laboratório e estrutura. Só então abrimos vestibular", explica Cruvinel, ao destacar o novo modelo de gestão. Segundo ele, o momento é de "prosperidade com responsabilidade", ainda que algumas decisões tenham sido amargas, como o fechamento de cursos e unidades inviáveis.

Os números ajudam a sustentar o otimismo. O orçamento da UEG dobrou nos últimos quatro anos, e a universidade realizou oito concursos públicos. Quando Cruvinel assumiu, havia 9.117 alunos matriculados; hoje, segundo ele, são cerca de 15 mil, entre graduação e

Fotos: UEG



**Universidade Estadual de Goiás passa por fase de reestruturação, com aumento de alunos, novos concursos e pendências no plano de carreira docente**

pós-graduação. "Triplicamos o número de inscritos no vestibular em três anos", celebra o reitor. "O goiano voltou a acreditar na UEG."

A UEG é, por natureza, uma universidade de interior. Em cada canto do estado há histórias de superação que passam por suas salas. Segundo o reitor, 78% dos alunos vêm de famílias com renda de até três salários mínimos, o que reforça o caráter social da instituição. "É a universidade do filho do trabalhador", resume.

Um exemplo é Porangatu, unidade que já teve o fechamento cogitado. "Investimos pesado lá. Contratamos 18 novos professores e equipamos laboratórios", diz Cruvinel. "O fantasma do fechamento ficou no passado."

A evasão de alunos ainda preocupa, herança direta da pandemia. Hoje, a UEG tem taxa de ocupação de 72%, acima da média nacional, que gira em torno de 60%. "A pandemia devastou o ensino superior público. Muitos alunos se tornaram o sustento da família. Agora, vemos o retorno de quem precisou interromper os estudos", comenta o reitor.

Para driblar esse desafio, a universidade criou o programa "Minha Vaga", que permite o preenchimento de vagas ociosas por ex-alunos ou diplomados que querem retomar os estudos. Além disso, mantém mais de mil bolsas de permanência, de R\$ 700 mensais, voltadas a estudantes em vulnerabilidade social.

Os cursos mais disputados

— Direito, Biomedicina, Enfermagem, Medicina Veterinária e Engenharia Civil — continuam entre os mais procurados e vêm apresentando desempenho crescente nas avaliações externas. "A reorganização está dando resultado", garante o reitor.

Na pós-graduação, o salto também é visível. Nos últimos anos, a UEG abriu quatro novos programas de mestrado e doutorado, investiu R\$ 50 milhões em pesquisa e manteve vivo o espírito universitário com eventos como os Jogos Universitários, únicos do tipo em Goiás. "É a universidade viva, pulsante, que forma, pesquisa e transforma", resume Cruvinel.

O plano agora é consolidar um projeto institucional de longo prazo, com foco em pesquisa, extensão e ampliação do quadro docente. "Queremos crescer com os pés no chão e o olhar no futuro", afirma o reitor, em tom quase professoral.

Mas o grande desafio continua sendo político: garantir que a UEG sobreviva aos governos e não dependa da boa vontade de quem está no Palácio das Esmeraldas. Uma universidade pública que chega ao interior e acolhe o filho do trabalhador não pode ser um projeto de ocasião. É um compromisso de Estado e Goiás ainda precisa entender isso.

## Professores cobram aplicação integral do plano de carreira na UEG

Às vésperas do Dia dos Professores, uma audiência pública na Assembleia Legislativa, promovida pelo deputado Antônio Gomide (PT), reacendeu o debate sobre o enquadramento dos docentes da UEG. A lei que criou o novo Plano de Carreira e Remuneração foi aprovada em junho de 2024, mas ainda não está totalmente implementada.

O reitor Antônio Cruvinel explicou que o decreto que regulamenta a progressão e promoção dos professores está "na reta final" de tramitação. "O decreto passou pela Secretaria de Administração,

pela de Economia e agora está na Casa Civil. Assim que for publicado, poderemos enquadrar todos os docentes que ingressaram após o novo plano", garantiu.

Segundo o presidente da Associação dos Docentes da UEG, Marcelo Moreira, cerca de 150 professores ainda não foram devidamente enquadrados. "Temos doutores sendo pagos como especialistas. Cada mês de atraso é economia feita às custas dos docentes", criticou. A deputada Bia de Lima (PT) reforçou a cobrança: "O plano é uma conquista, mas precisa sair do papel".



**Para o reitor Antônio Cruvinel, a UEG atravessa um período de consolidação, após anos de instabilidade**

O novo plano organiza a carreira em quatro classes e 15 níveis, com salários que podem chegar a R\$ 22 mil para professores titulares. A

proposta, que integra o programa estadual Repensar Carreiras, é vista como essencial para valorizar o corpo docente e assegurar a

permanência de talentos na universidade.

Cruvinel destaca que a demora não significa descaso, mas cautela. Segundo ele, a universidade buscou garantir que o texto final do decreto respeitasse todos os direitos previstos na lei e evitasse futuras distorções salariais. "Não queremos fazer algo apressado e depois prejudicar ninguém. O decreto foi revisado em cada detalhe para assegurar que todo docente seja enquadrado de forma justa, com base em mérito, titulação e tempo de serviço. É um passo grande e queremos que seja sólido", afirmou.



## Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

### Série A: sonho ou pesadelo?

Em todo o início de temporada, os clubes que disputam a Série B montam seus elencos com objetivos de conquistar os campeonatos regionais, fazer boa campanha



Divulgação

na Copa do Brasil, mas o grande sonho é se classificar para a série A do futebol brasileiro. É o paraíso, o lugar dos melhores do Brasil, onde o dinheiro é abundante e a imprensa dedica atenção especial. Mas será isso tudo? Nem sempre. Para os clubes fora do eixo Rio/São Paulo/Minas e Rio Grande Sul, a série A pode ser uma armadilha, um ambiente de pesadelos e humilhações.

Jogar a série A representa ter um faturamento que pode chegar a R\$ 130 milhões para times do porte de Goiás, Atlético e até o Vila Nova, que nunca esteve lá. Parece muito, mas se torna pouco relevante se comparado a Flamengo, Palmeiras, Atlético MG, Internacional e outros da primeira prateleira do futebol nacional. Enquanto por aqui não dá para sonhar com jogadores ganhando R\$ 400 mil e R\$ 600 mil, entre os grandes, é muito comum salários de R\$ 1,5 milhão, ou muito mais. Com os técnicos acontece a mesma coisa. Os grandes nomes não aceitam convites para trabalhar aqui. Nosso futebol tem pouca projeção nacional e

### O problema é o CEP

Em anos anteriores, o Goiás tem sido vítima de seu CEP, ou seja, de ser um time fora do grande eixo. Sofreu goleadas históricas jogando contra Flamengo, Santos e outros. Ano passado, foi a vez do Atlético ser piada nacional. Foi considerado rebaixado ainda no primeiro turno por seu próprio presidente. Pior para o Vila Nova. Pior porque nunca esteve na série A na era dos pontos corridos, por isso, não conhece as dificuldades. Mas sonha em participar, precisa dar essa alegria para sua grande torcida. Mas será mesmo uma alegria ver o Vila na série A? Não será uma participação vexatória e a volta para série B no ano seguinte? Ou a Diretoria do Vila será capaz de repetir a façanha do Mirassol?

O futebol brasileiro passa por uma grande transformação, com a chegada das SAF's para injetar recursos, pagar dívidas e formar grandes equipes para conquistar títulos significativos. Nossos Clubes ainda não aderiram a esse novo modelo. O Atlético se preparou sob a ótica jurídica para se transformar em SAF, mas não avançou. O time de Campinas quer o investidor, mas não abre mão do comando com Adson Batista e Valdivino José de Oliveira. Não vai acontecer. Quem faz o investimento evidentemente

quase nenhuma internacional. Não consegue pagar altos salários e por isso não atrai os principais nomes do nosso futebol.

### Não dá para competir

O resultado é muitas vezes catastrófico, com goleadas históricas dos grandes sobre os times de menor expressão, pouco público em função de seus pequenos estádios e o reflexo no final da temporada de prejuízos no balanço patrimonial e o rebaixamento para a série B. Existem exceções, mas são raras. Esse ano, o Mirassol está desafiando a lógica. Com um time modesto e um técnico desconhecido, faz uma campanha surpreendente, está no G4 da elite do futebol nacional, podendo disputar uma Copa Libertadores da América.

Mirassol é uma pequena cidade do interior paulista, com 56 mil habitantes, que não se interessa muito pelo futebol. Nem a espetacular campanha do clube na série. A empolga a torcida local, que tem comparecido ao estádio da cidade numa média de seis mil torcedores por jogo. Uma vergonha considerando a campanha que o time está fazendo. O Mirassol tem o técnico Rafael Guanaes, que o Atlético dispensou, tem o atacante Alisson, que passou pelo Vila Nova e Goiás e o atacante Edson Carioca, que foi dispensado pelo Goiás no início da temporada. O time é modesto, nada além do futebol que se pratica por aqui. Mas é um time com foco, uma diretoria com objetivos e um bom treinador.

quer ter o poder de mando. Pensamento lógico, só a direção do Atlético não entendeu

O Goiás fala em se transformar em SAF, mas no fundo não quer. O time sempre teve dono e esse dono não abre mão do poder, em hipótese alguma. Mas ao mesmo tempo, não tem dinheiro para fazer o que uma SAF poderia fazer. Investir na modernização do Centro de Treinamento, que é antigo e precisa melhorar. Concluir o projeto do Estádio Hailé Pinheiro e montar um grande time para voltar a ser destaque no cenário nacional e internacional. Sem uma SAF vai levando como está, na série B e de vez em quando na série A.

O Vila Nova sonha com a série A, mas até hoje não passou de um sonho distante. É um time de série B, às vezes cai para a série C. Sobrevive graças à sua torcida que é um fenômeno a ser estudado, e a seus abnegados dirigentes que conseguem, sabe lá como, manter esse time vivo, mas com brilho ofuscado em função de suas limitações financeiras. Mesmo assim, o Vila está avançando, conquistou o título estadual depois de 19 anos, construiu um belíssimo centro de treinamento e nos dois anos anteriores chegou muito perto de se classificar para a série A.

- ✓ O jogo de domingo contra a Chapecoense pode definir a vida do Goiás no restante da série B. O time tem que se reencontrar, se motivar, mostrar que a chegada do novo técnico foi bem recebida pelo grupo de jogadores.
- ✓ Se ganhar estará tudo bem, a série A volta a ser uma possibilidade real. Se perder, a confiança no novo treinador fica abalada, as críticas reaparecem e a crise continua pelos lados da Serrinha.
- ✓ A derrota da seleção brasileira para o Japão repercutiu muito mal no Brasil e no exterior. O Brasil nunca havia perdido para a seleção japonesa, mostrou fragilidades e uma certa desconfiança com o trabalho de Carlo Ancelotti.
- ✓ O técnico italiano tem um contrato milionário, com muitas mordomias e liberdade para trabalhar. Não se pode

- admitir uma derrota para uma seleção que está longe de pertencer ao grupo dos melhores selecionados do planeta.
- ✓ Depois de 19 anos, o Brasil terá novamente um piloto na MotoGP do ano que vem. Diogo Moreira será o primeiro piloto brasileiro na categoria desde Alexandre Barros.
- ✓ A Copa do Mundo de 2026 ganhou novos participantes com o final da Data Fifa de outubro. Inglaterra, Egito, Argélia, Costa do Marfim, Gana, Cabo Verde, Senegal, África do Sul, Qatar e Arábia Saudita estão garantidos na Copa do Mundo dos Estados Unidos, Canadá e México.
- ✓ Portugal, Holanda, Noruega, Bélgica, Espanha, Croácia, França e Suíça estão praticamente classificadas. Outros países poderão confirmar presença nas disputas de vagas através da repescagem.

## Diversão e ARTE

Vinicius Borges

marcosborges710@gmail.com

### Festival MPB em Série III celebra a música goiana com shows gratuitos em Goiânia e Brasília

Entre 30 de outubro de 2025 e 17 de abril de 2026, Goiânia e Brasília recebem o Festival MPB em Série III, evento que celebra a música popular brasileira produzida em Goiás com entrada franca. A nova edição apresenta seis shows, sendo cinco no Teatro SESI, em Goiânia, e um no Teatro Nacional, no Distrito Federal, com patrocínio da Refrescos Bandeirantes, via Lei Goyazes, da Secretaria de Estado da Cultura. A abertura será no dia 30 de outubro, com o espetáculo "Vozes do Cerrado", reunindo Maria Eugênia, Pádua e Juraildes da Cruz em homenagem aos 15 anos do Teatro SESI. A proposta é valorizar a identidade musical goiana e promover o diálogo entre gerações da MPB.



Fotos: Divulgação

### Festival de poesia ocupa espaços culturais de Goiânia com performances e música gratuita

Nos dias 25 e 26 de outubro, Goiânia recebe o Circuito Literário Goiânia Clandestina, que transforma a cidade em palco para poesia encenada, performances e shows musicais com entrada franca. O evento será realizado em diferentes espaços culturais e marca uma nova fase do coletivo Goiânia Clandestina, referência na cena literária independente de Goiás.



Com o tema "Versos Contracoloniais", a edição goianiense propõe uma reflexão sobre a força da palavra como resistência e celebra as vozes que emergem das margens. A programação inclui concurso de poesia com premiação de até R\$ 1 mil, apresentações do grupo Goiânia Clandestina e shows de Ísis Krishna, Mariana Maia, Isadora Pinheiro e do projeto Samba de Aguidá.

### Festa imersiva com DJ Mochakk agita Goiânia no fim de outubro

A cena eletrônica goiana ganha destaque no dia 31 de outubro, com a chegada da Ancestral Code — Edição 2025, uma festa que promete uma experiência sensorial completa, unindo música, arte e performance. O evento acontece na Arena Ancestral Code, em Aparecida de Goiânia, e traz DJ Mochakk como principal atração, além de nomes como Renato Ratier, Sevens, Nocapz, Ramona e Lefouz.



Conhecido por sets intensos e apresentações em festivais como Tomorrowland e Coachella, Mochakk é um dos maiores representantes do house brasileiro no mundo. A estrutura do evento contará com palco ritualístico, cenografia orgânica, intervenções artísticas e food park, em uma proposta que transforma a noite em um verdadeiro ritual eletrônico.

### Caravana Iluminada da Coca-Cola volta a percorrer cidades de Goiás em novembro

A magia do Natal retorna às ruas goianas com a tradicional Caravana Iluminada da Coca-Cola, promovida pela Brasal Refrigerantes. Com caminhões temáticos, luzes, músicas e a presença do Papai Noel, o desfile promete encantar famílias e espalhar o espírito natalino entre novembro e dezembro de 2025. O percurso inclui cidades como Formosa (22/11), Planaltina de Goiás (23/11), Águas Lindas (29/11), Santo Antônio do Descoberto (30/11), Valparaíso e Cidade Ocidental (1/12), Catalão (6/12), Luziânia (7/12) e Simolândia, Posse e Alvorada do Norte (20/12). A data da passagem por Goiânia ainda será divulgada.



Divulgação